

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

Non-formal education through bobbin lace crafts: a social contribution from the perspective of omnilateral education

Gracilene Luz Santana
Ana Angélica Mathias Macêdo
Instituto Federal do Maranhão
Imperatriz - Brasil

Fernando Mendes
Instituto Politécnico de Coimbra
São Luís-Brasil

Resumo

O artigo busca refletir sobre as contribuições sociais do artesanato, considerando a produção de renda de bilros, visando à formação omnilateral e a importância da educação não formal e o trabalho como princípio educativo. Destacamos o artesanato como artefato cultural que se insere no contexto da educação não formal. Concluímos que o artesanato da renda de bilros, como prática de educação não formal, constitui-se numa atividade sociocultural, com implicações pedagógicas, contribui para a formação omnilateral do indivíduo pelo compartilhamento de suas experiências cotidianas, percebidas como expressão de práticas identitárias que favorecem o exercício da sua cidadania e a compreensão do trabalho para além do exercício profissional.

Palavras-chave: Artesanato; Educação não formal; Formação omnilateral.

Abstract

The article seeks to reflect on the social contributions of handicrafts, considering the production of bobbin lace, with a view to omnilateral education and the importance of non-formal education and work as an educational principle. We highlight handicrafts as a cultural artifact that is part of the context of non-formal education. We conclude that the craft of bobbin lace, as a practice of non-formal education, is a socio-cultural activity with pedagogical implications, contributing to the omnilateral formation of the individual by sharing their daily experiences, perceived as an expression of identity practices that favor the exercise of their citizenship and the understanding of work beyond the professional exercise.

Keywords: Handicrafts; Non-formal education; Omnilateral training.

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

Introdução

O tema artesanato envolve não apenas técnicas de artesãos e artesãs na produção de bens materiais de caráter cultural, mas envolve elementos que refletem as características de um tempo, de um espaço, englobando indivíduos, com suas identidades, saberes, conhecimentos, que se expressam no saber-fazer. Sendo assim, contempla a educação não formal, que se baseia em vivências, em contextos sociais, responsáveis por aprendizagens propícias à formação omnilateral.

A educação, sob uma perspectiva omnilateral advoga uma formação que considera amplas dimensões do ser humano, contemplando as condições objetivas e subjetivas reais para o pleno desenvolvimento. Neste sentido, o conhecimento útil não é somente restrito ao espaço escolar, mas construído em espaços e tempos distintos de saber.

Sob esse ponto, os saberes populares, expressos pelos diferentes tipos de artesanatos, fazem parte da prática cultural do indivíduo e interferem na sua formação em diferentes dimensões, perpassando por uma compreensão do ser humano como um todo, em que o trabalho do artesão não é resumido a uma prática manual, pois sua ação expressa um sentido para sua existência.

O trabalho como princípio educativo é percebido como essência humana, envolve valores históricos e científicos, característicos da práxis do ser humano, indispensável para a compreensão de dinâmicas sociais e produtivas. E, sendo o processo de ensino e aprendizagem baseado no desenvolvimento humano, torna-se indispensável reconhecer os distintos ambientes laborais como fontes de saber, mesmo que não sistematizados, como são aqueles inerentes ao espaço escolar.

As práticas artesãs denotam o trabalho como princípio educativo e trazem consigo histórias, culturas, conhecimentos diversificados construídos socialmente. Nessa dimensão, questiona-se: “Considerando a educação não formal, como o artesanato da renda de bilros contribui no processo de formação omnilateral do indivíduo?”

A renda de bilros é caracterizada como um artesanato tradicional, muito peculiar no Nordeste brasileiro e que se configura como um artefato cultural, cuja história retoma a vinda da corte portuguesa para o Brasil, sendo sua produção inicial restrita à ornamentação do clero e da realeza.

O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre as contribuições sociais do artesanato, considerando a produção de renda de bilros, visando à formação omnilateral e a importância da educação não formal e o trabalho como princípio educativo. E, quanto aos objetivos específicos: caracterizar a educação não formal; situar a produção do artesanato da renda de bilros sob uma perspectiva de formação omnilateral, percebendo o trabalho como princípio educativo; e apresentar as contribuições sociais do artesanato.

A relevância do estudo para o universo acadêmico se dá por apresentar a importância do reconhecimento da educação não formal para a formação omnilateral do indivíduo, sustentada nas contribuições do saber-fazer dos artesãos; e para a comunidade, por destituir do ambiente escolar a primazia da construção do conhecimento, pela valorização de diferentes saberes presentes no cotidiano e que têm no trabalho uma fonte que alia a prática social às formações intelectual e manual, responsáveis pela formação omnilateral do ser humano.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, considerando livros, artigos, publicados ou não por meios eletrônicos, sobretudo em repositórios institucionais, obtendo referências relevantes para responder ao problema do qual procurava resposta (Fonseca, 2002). Possui caráter descritivo, no intuito de estabelecer relações entre variáveis para a descrição do fenômeno central estudado e abordagem qualitativa, haja vista que se preocupou com o significado do fenômeno social estudado, considerando a produção do conhecimento de maneira interativa, associada à coleta e análise de texto escrito (Silva, 2008).

Para Minayo (2008), na realização da pesquisa qualitativa é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, revendo criticamente o tema pela análise de todo o material de forma específica e contextualizada. A pesquisa tem como principal vantagem o fato de permitir ao investigador descobrir uma gama maior de fenômenos, condensando dados concernentes ao objeto de estudo dispersos no tempo e no espaço (Gil, 2009).

A objetivação contribui para afastar a incursão excessiva de juízos de valor na pesquisa, permitindo a produção de conhecimento aceitável e reconhecido. Para tanto, na interpretação dos dados, privilegiou-se uma leitura crítica e mais aprofundada, dentro do possível, com base nos materiais coletados (Engers, 1994).

Artesanato e educação não formal

Nas vivências dos sujeitos, o artesanato é compreendido como expressão do registro do cotidiano de um grupo identitário, compreende a vida expressa em materiais e formas diversas, abrigando identidades socioculturais distintas, que acumulam saberes, conhecimentos acerca de recursos naturais locais, com preservação de suas tradições regionais, cujos artefatos produzidos representam o mundo cultural inerente ao objeto e ao seu criador (Vargas; Fialho, 2018).

O artesanato pode ser compreendido com uma das maiores expressões da cultura brasileira. Para Cascudo (2001), constitui-se como objeto utilitário, com características folclóricas, normalmente realizado por pessoas anônimas e desvalorizado como trabalho ou profissão. Neste contexto de desvalorização, situa-se o artesanato *Hippie*, com bastante expressividade na década de 1960 no Brasil, todavia por ser associado a grupos culturais subversivos, não foi valorizado, muito embora sua identidade cultural, expressa pelo visual de suas indumentárias, possa ser considerada inquestionável.

Como expressão artística, o artesanato permite ao indivíduo entrar em contato com diferentes produções culturais, relacionando o pessoal com o social, o que segundo Almeida (2001) provoca reflexões sobre si e o outro a partir do reconhecimento da cultura não apenas relacionada a produtos, mas como expressão de identidade, cuja compreensão requer o reconhecimento de parâmetros históricos e socialmente construídos e diretamente relacionados a experiências de vida.

Sob uma perspectiva cultural, o fazer artesanal expressa saberes perpetuados ao longo do tempo, formando um patrimônio com duplo caráter, expresso pelo entendimento de que é um artefato, mas também um produto cultural com significado relevante para o artesão que o elaborou (Lima, 2011).

O trabalho artesanal, segundo Keller (2014), é uma atividade sociocultural e econômica, em maioria exercido por mulheres de baixa renda, em grupos marcados por relações familiares e de vizinhança. Por esse lado, como artefato cultural, o artesanato transmite um patrimônio que se cria e recria em função da mudança dos grupos, com base nas transformações da natureza do trabalho embutidas pela sociedade e pelo próprio sujeito em constante mutação.

Como artefato cultural, pode-se dizer que o artesanato possui um sistema de crenças e valores compartilhados pela sociedade ou entre um grupo social que contém experiências culturais, interações de pessoas distintas, identidades, histórias, heranças culturais, não sendo apenas manifestação cultural com valor comercial, nem sempre reconhecida pela sociedade.

No contexto brasileiro, especialmente entre grupos e comunidades periféricas, o artesanato configura-se como uma importante fonte de renda e de identidade. Contudo, desafios contemporâneos têm condicionado sua produção, consumo e continuidade. Nesse sentido, vale destacar que aspectos como a dificuldade de sustentabilidade econômica da atividade e o desinteresse das novas gerações podem comprometer sua permanência, como evidenciado em diversas realidades artesanais do Nordeste brasileiro (Souza *et al.*, 2020; Sousa *et al.*, 2020).

Para tanto, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) foi criado em 1991, sendo atualmente regido pela Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, do Ministério da Economia, visando, conforme Reis *et al.* (2023), coordenar e desenvolver atividades para a valorização do artesanato brasileiro pela promoção do artesanato e da empresa artesanal, elevando o nível cultural, profissional, social e econômico deste artesanato.

Cabe mencionar que o PAB segue o rol de políticas públicas brasileiras, como as direcionadas para a saúde, a educação, o meio ambiente e serviços públicos, visando afetar os cidadãos como ferramenta para que sejam promovidas mudanças progressivas na sociedade (Brasil, 2019). Nessa perspectiva, o PAB funciona como importante iniciativa para que as futuras gerações possam ter interesse no trabalho artesanal, de maneira estruturada para que seja garantida sustentabilidade econômica da atividade.

Segundo Lima (2005), o artesanato resulta do fazer humano, com o emprego de máquinas e equipamentos, embora que utilize basicamente as mãos. Porém, no contexto da educação não formal, envolve atividades com baixo grau de estruturação e sistematização, que implica em relações pedagógicas não formalizadas, que envolvem a participação em movimentos sociais, tanto no campo quanto na cidade, trabalhos comunitários, atividades de animação cultural, dentre outras (Libâneo, 2005).

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

Logo, o artesanato ocupa um papel social, em que as culturas não podem ser vistas como produtos, mas, também, instituintes da esfera sociocultural, o que permite aprender ao longo da vida, conforme o repertório de experiências (Almeida, 2001). Esta compreensão amplia a dimensão da educação, não a delimitando ao seu caráter formal, ao ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, mas passa a abranger a educação não formal (Gohn, 2006).

Na educação não formal, o artesanato engloba processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas carregadas de valores e culturas próprias, que se intensificaram na década de 1990 por conta de mudanças no setor da economia e de novas relações no mundo do trabalho, despertando as demandas por educação não mais restritas à educação formal (Gohn, 2006). E, um dos aspectos a serem privilegiados na educação não formal é “a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades” (Gohn, 2006, p.28). Estas aprendizagens envolvem interações sociais, consideradas de suma importância para a construção do conhecimento.

Diferenciando educação não formal e educação informal, destaca-se que na primeira há intencionalidade dos sujeitos em buscar ou criar objetivos, enquanto na segunda, mesmo que carregada de valores e representações, há processos naturais e espontâneos, ou seja, não intencionais (Gohn, 2006). A educação se processa de vivências, em contextos sociais e culturais diversos em que o trabalho é compreendido como um feito humano, “[...] que se desenvolve, se aprofunda, se complexifica ao longo do tempo, é um processo histórico” (Saviani, 2007, p. 154).

As instituições não formais têm como foco principal o desenvolvimento de processos educativos voltados ao indivíduo, promovido por meio de atividades realizadas fora do ambiente escolar tradicional. Importa salientar que essa abordagem contemporânea da pedagogia social não se propõe a substituir a educação formal, e sim busca ampliar as possibilidades de aprendizagem, oferecendo caminhos complementares e enriquecedores vivenciados nas instituições não formais (Angelini, 2021). À luz dessa perspectiva, a educação não formal se manifesta em distintos espaços sociais e culturais, como destacado por Rocha e Santos (2024, p. 9):

A educação não formal ocorre em diversos espaços, como família e igrejas, sendo mais subjetiva e complexa em comparação com a educação formal. Seu objetivo é perceber o ser humano em sua totalidade, trabalhando de maneira holística. São desenvolvidas atividades que abrangem cultura, lazer, esportes, artes, música, política, direitos sociais e individuais, danças, entre outras.

Nesse contexto, a educação não formal envolve um processo com várias dimensões, que contempla tanto a aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de competências por meio do trabalho, como a aprendizagem de conteúdos que permitam aos indivíduos uma leitura do mundo (Gohn, 2006).

Renda de bilros e formação omnilateral

A omnilateralidade é definida como “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (Manacorda, 2010, p. 94). O artesanato se articula a esse entendimento quando expressa os anseios e sentimento de contentamento de quem o produz, configurando-se como um dos saberes populares que fazem parte da prática cultural coletiva, cujos conhecimentos são obtidos empiricamente pelo “fazer”, transmitidos e validados de geração a geração (Gondim, 2007).

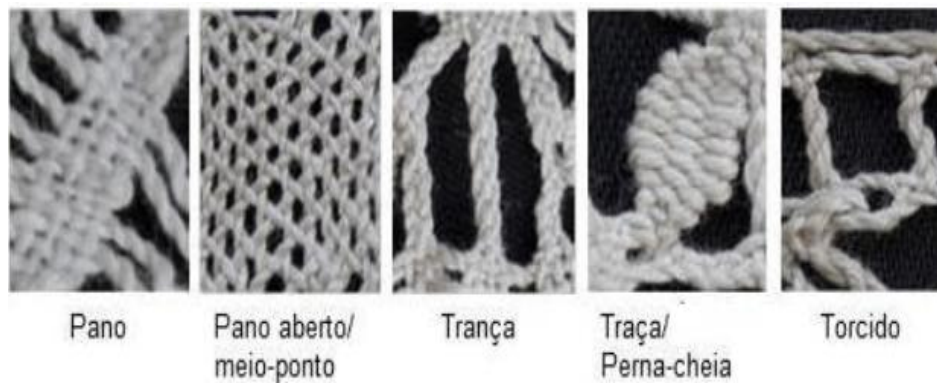
A renda de bilros se insere no contexto de artefatos culturais, ou seja, de produtos presentes em diferentes momentos da história nacional, sendo perpetuados de geração a geração e compreendidos como produtos variados, inerentes a diversos espaços/tempos (Certeau, 2001). Envolvem o saber-fazer, considera vias informais, transmitidas por parentes, em casa, percebido como espaço privilegiado para a incorporação de hábitos e habilidades (Brussi, 2009).

A produção do artesanato da renda de bilros remete à vinda da corte portuguesa ao Brasil, quando os eventos necessitavam de roupas mais adornadas aos costumes europeus e a técnica dessa renda passou a se expandir em nosso país, mesmo que de maneira não oficial: o saber-fazer ocorreria por vias consideradas informais, como de parentesco, de amizade e da vizinhança, em que a casa era o espaço propício para o desenvolvimento de habilidades e hábitos relacionados à técnica (Brussi, 2009).

De acordo com Etcheverry (2013) e Wendhausen (2015), a técnica da renda de bilros deriva do bordado e teve origem na Itália, expandindo-se posteriormente por diversos países europeus, como Espanha, Portugal e Holanda, onde se consolidaram pontos básicos como o pano, o pano aberto (ou meio-ponto), a trança (ou perna-cheia) e o torcido.

Complementando essa perspectiva, registros históricos analisados por Narciso, Narciso Pereira e Sales (2022) indicam que as menções mais antigas à renda de bilro remontam aos séculos XV e XVI, embora não se tenha um marco temporal preciso para o seu surgimento. Para Oliveira (2014), há fortes indícios de que a técnica tenha emergido de Portugal e da Espanha, por volta dos séculos XII e XIII. Já para Felippi (2021), a renda foi mencionada pela primeira vez nas obras de Matio Pagano (1515–1588), sendo registrada posteriormente por Mrs. Burry Palliser, em 1869, e ilustrada por Clifford, em 1913 (Felippi, 2021).

Figura 1 – Pontos básicos da renda de bilros



Fonte: Silva e Perry (2018).

Por seu contexto histórico, a renda de bilros é uma herança, com memórias que reportam ao passado de modo a preservar uma identidade cultural nacional. O aprendizado é repassado, principalmente de mãe para filha, com a prática sustentada no empirismo, caracterizando-se por uma educação não formal. E quem aprende a técnica vai se aperfeiçoando, construindo suas características como pessoa que faz renda (Fechine, 2013).

Esse tipo de renda é considerado artesanato tradicional, com produção em pequenas séries, de maneira regular, com produtos semelhantes, assim com algumas diferenças, visando à valorização no mercado conforme as necessidades (Sebrae, 2010). Por ser aliado à prática social, pode possibilitar uma formação omnilateral, visto que a prática do artesanato contempla diferentes dimensões do ser humano, com suas condições objetivas e subjetivas, envolvendo a sua percepção quanto ao significado atribuído ao seu fazer em meio às relações sociais que estabelece entre a ação de executar e de pensar, responsável pelo seu completo desenvolvimento (Frigotto; Ciavatta, 2012).

A prioridade da educação omnilateral é o desenvolvimento pleno do ser humano, pressupondo condições materiais e sociais pautadas na ampliação do conhecimento, ciência e tecnologia como patrimônio de todos e não como forças de destruição e dominação (Frigotto; Ciavatta, 2012). A prática da renda de bilros é fundamentada no trabalho como meio de humanização do indivíduo, produtor de sua realidade, sua história e capaz de transformá-la (Engels, 2004; Brasil, 2007).

A educação sob uma perspectiva omnilateral advoga uma formação que considera amplas dimensões do ser humano. Abrange as condições objetivas e subjetivas reais para o pleno desenvolvimento e sugere a ideia de formação que supera a divisão do ser humano pelo trabalho, salientando a compreensão entre a ação de executar e de pensar na garantia do direito do indivíduo a ser desenvolvido por completo, à medida que perceba o significado das relações sociais que envolvem tanto o fazer, como o realizar (Frigotto; Ciavatta, 2012).

As técnicas e instrumentos de trabalho envolvem: bilros, modelos de renda, denominados “pique”, espinhos de mandacaru, linhas, almofadas, dentre outros que contemplam histórias não formais, contudo denotam processos educativos que relacionam trabalho e educação, elementos responsáveis pela formação humana, contribuindo para a construção de uma identidade cultural (Saviani, 2007).

O trabalho como princípio educativo

O trabalho como princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e pode transformá-la. É a mediação entre o homem e a realidade material e social, constituindo-se como prática econômica que nos garante a satisfação de nossas necessidades (Ramos, 2008). Isto não conduz ao entendimento da naturalização da exploração presente no trabalho, mas à compreensão de que pode servir para si e para o outro, pautado na formação omnilateral, ou seja, na educação voltada à formação humana em múltiplas dimensões, haja vista contemplar diferentes condições indispensáveis para o desenvolvimento do indivíduo como sujeito histórico e social.

Sustenta-se no processo de humanização do indivíduo pelo trabalho, contemplando um indivíduo não dividido, unilateral, preparado para que se desenvolva integralmente, ou seja, tenha uma educação integral ou omnilateral (Marx; Engels, 2011). Como fundamento básico dos estudos de Marx, o trabalho se apresenta como instância educativa primeira do homem, pois o possibilita aprender a dominar a natureza pela aquisição do conhecimento necessário. Pela educação, adquire-se o conhecimento já acumulado e disponível pela

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

humanidade, além dos recursos necessários para dominar a própria natureza (Maldaner, 2011).

As transformações sociais remeteram novas necessidades econômicas ao indivíduo, refletidas no mundo do trabalho. Em relação à produção artesanal, o artesão passou a ter que se adequar, paulatinamente, ao processo produtivo como um topo, marcado pela divisão de tarefas (Dantas; Guimarães; Almeida, 2009). No entanto, o trabalho não se limita a uma simples profissionalização e assim a prática do artesanato não deixa de expressar e registrar o cotidiano de um grupo identitário, com suas distintas características refletidas no seu trabalho.

O trabalho constitui tanto a essência da condição humana quanto a atividade pela qual o ser humano assegura sua sobrevivência. É por meio da ação transformadora sobre a natureza que o homem se distingue dos demais seres vivos, moldando o ambiente de acordo com suas necessidades e criando os meios para sua existência. Inserido nas relações sociais, o indivíduo é levado a desenvolver soluções próprias para os desafios que enfrenta, sendo o trabalho compreendido como uma categoria fundante do ser social. Dessa forma, é na produção histórica de saberes que se consolida a noção do trabalho como princípio educativo (Siqueira; Ferreira; Silva, 2023).

Cabe o seguinte complemento:

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007, p.152).

Partindo do exposto, o trabalho não se delimita à profissionalização, visto que precisa proporcionar a compreensão de dinâmicas sociais e produtivas de modo que as pessoas sejam preparadas para o exercício autônomo e crítico das profissões (Brasil, 2007). Tal aspecto, impõe a educadores e educadoras a necessidade de articulação do educacional ao social, para a conexão de aprendizagens e modos de ser dos indivíduos, não subestimados por aspectos institucionais e pedagógicos (Birman, 2000).

O trabalho é percebido não como emprego, mas como uma atividade fundamental para a humanização, permitindo ao indivíduo expandir seu conhecimento e aperfeiçoar-se,

sendo a base estruturante de um novo tipo de ser (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Logo, a educação não formal tem como objetivo principal a cidadania, pensada em termos coletivos e organizada por processos de formação segundo demandas sociais (Gohn, 2006).

Por esse aspecto, os artefatos culturais precisam ser observados sob diferentes dimensões e não apenas percebidos como produtos do trabalho manual, já que fornecem informações sobre a cultura de quem os cria, tornando o trabalho manifestação de vida e assim educativo (Frigotto, 2005).

Torna-se necessário superar a visão utilitarista do trabalho, situando o ser humano como sujeito do seu devir, resultante de um processo coletivo, de transformação das relações sociais desumanizadoras, para que o trabalho se torne educativo (Frigotto, 2005). Como princípio educativo, apresenta três sentidos diversos, porém articulados. No primeiro, o nível de desenvolvimento social resulta de aspectos históricos e os modos de produção correspondem a maneiras distintas de educar, associadas a uma forma dominante de educação; no segundo, o processo educativo segue à educação dominante, que lhe impõe exigências específicas visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo; e o terceiro, considera a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho, no caso o trabalho pedagógico (Ciavatta, 2005).

Neste aspecto, Libâneo (2005) defende que a escola não pode se eximir dos vínculos entre a educação informal e a educação não formal, de maneira consciente, o que depende dos suportes de escolarização, pois “[...] a educação existe onde não há escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde não foi sequer criado a sombra de modelo de ensino formal e centralizado” (Brandão, 2007, p. 13).

A escola tem por objetivo oportunizar ao educando processos de aprendizagem conforme o saber acumulado pela sociedade, tendo em vista a garantia da construção de novos saberes que lhe proporcione meios para o exercício da cidadania e para o trabalho (Ganzeli, 2011). Para Nosella (2004), não é propriamente uma escola para trabalhar, mas que possibilite entendimento e reflexão sobre o trabalho.

Estes sentidos remetem ao debate de um projeto de escola que propicie uma formação omnilateral, ou seja, contemple o sujeito na sua integralidade, possibilitando-lhe a apropriação de conhecimentos construídos pela sociedade, o acesso à cultura, dentre outros aspectos (Ramos, 2008). Para tanto, não pode se delimitar a conhecimentos formais, pois no

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

cotidiano das vivências dos sujeitos se encontram registros essenciais para a construção de suas identidades.

O processo de reflexão sobre o trabalho é favorecido pela educação não formal com o desenvolvimento de hábitos, atitudes, modos de pensar conforme os valores e crenças dos indivíduos em comunidade, servindo para que abram “[...] janelas de conhecimento sobre o mundo que os circunda e suas relações sociais” (Barros; Santos, 2010, p.6).

No processo de humanização do indivíduo, há a inter-relação de saberes científicos e saberes populares na escola que precisam respeitar aspectos culturais da comunidade. Porém, faz-se necessário que acate as diversidades e busque o respeito aos saberes que os estudantes trazem consigo, para que se promova uma formação histórica, social e cultural que adquira relevância para o que não é favorecido pelo ensino descontextualizado (Gondim, 2007).

Conclusões

A educação, como processo de formação humana, não se delimita ao espaço escolar. Envolve conteúdos históricos, valores, que se constroem em dinâmicas sociais responsáveis por remeter ao indivíduo condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento. O trabalho é uma dessas condições objetivas e é reconhecido como atividade precípua e princípio educativo para o desenvolvimento social humano.

Como princípio educativo, o trabalho é sustentado no processo de humanização do indivíduo, não se limitando a uma simples profissionalização e envolvendo a compreensão de dinâmicas sociais e produtivas pelo preparo das pessoas para o exercício autônomo e crítico das profissões. Preconiza um indivíduo não dividido, unilateral, preparado para o seu desenvolvimento integral, por uma formação omnilateral, ou seja, que contemple múltiplas dimensões, na perspectiva de acesso democrático ao conhecimento acumulado pela humanidade, tendo em vista o domínio da natureza e superação da visão utilitarista do trabalho.

O indivíduo adapta a natureza às suas necessidades, produzindo continuamente sua existência, definindo a sua essência, como sujeito em constante devir. O trabalho permite ao indivíduo passar ao longo de sua história por diversos processos formativos resultantes de diferentes modalidades de educação. Os artefatos culturais não são apenas produtos do trabalho manual, à medida que representam a cultura de seus criadores. O artesanato, como

um desses artefatos, constitui-se na atividade sociocultural de expressão de um grupo identitário, que registra o seu cotidiano nos objetos produzidos, acumulando saberes, conhecimentos que precisam ser valorizados e repassados de geração a geração.

Pelo caráter que possui, utilitário, normalmente o artesanato é desvalorizado. Porém, traz experiências a serem conhecidas e compartilhadas em processos de aprendizagem, permitindo a aquisição de visões de mundo necessárias para a formação omnilateral do sujeito. Situa-se na educação não formal, que tem como uma das dimensões a capacitação para o trabalho pela aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades.

A educação não formal contempla mudanças econômicas e sociais refletidas no mundo do trabalho, que passaram a exigir uma formação para além dos parâmetros conteudistas formais, salientando a valorização de vivências cotidianas em espaços extraescolares como fontes de conhecimento.

A educação não formal é herdada, pautada na prática social, e é reconhecida como instrumento para o exercício da cidadania, sustentando-se em experiências de trabalhos coletivos, geradoras de aprendizagens e conhecimentos que podem subsidiar reflexões dos indivíduos no espaço escolar, pois contempla visões de mundo a fazerem parte do processo educativo.

Como educação não formal, a renda de bilros é caracterizada como artesanato tradicional, com técnicas e instrumentos peculiares, com uma história a ser valorizada e assim a ser repassada de geração a geração. O seu saber-fazer, que se dá em vias informais, é empírico, com aprendizagens que envolvem diferentes dimensões do ser humano, com suas condições objetivas e subjetivas, na perspectiva de seu pleno desenvolvimento. Para tanto, o trabalho que o envolve é compreendido como processo de humanização.

Portanto, o artesanato, como prática de educação não formal, constitui-se numa atividade sociocultural, com implicações pedagógicas, à medida que envolve, ainda que de maneira não formalizada, processos educativos, contribui para a formação omnilateral do indivíduo, pelo compartilhamento de suas experiências cotidianas, percebidas como expressão de práticas identitárias que favorecem o exercício da sua cidadania e a compreensão do trabalho para além do exercício de uma profissão.

Então, como sugestão para ampliar as discussões propostas é indicado um debate sobre um projeto escolar pautado na valorização de experiências não formais de educação, primando pela apropriação de conhecimentos construídos pela sociedade, capazes de trazer

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

à discussão o trabalho como essência da natureza humana, não meramente pautado no exercício de uma profissão, mas como contributo social para uma formação integral do indivíduo, baseada em processos pedagógicos para além de formalidades presentes na educação formal.

Referências

ALMEIDA, Célia Maria de Castro. Concepções e práticas artísticas na escola. In: FERREIRA, Sueli (org.). **O ensino das artes: construindo caminhos**. São Paulo: Papirus, 2001.

ANGELINI, Ruth de Carvalho. Atributos aos diferentes tipos de educação: formal, não formal e informal. In: II COLÓQUIOS DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, n. 2. 2021, São Carlos, **Anais**: São Carlos: UFSCar, 2021. P. 220-232

BARROS, Valdilene Cardoso de.; SANTOS, Isabela Macena dos. Além dos muros da escola: a educação não formal como espaço de atuação da prática do pedagogo. In: V EPEAL – PESQUISA EM EDUCAÇÃO: DESENVOLVIMENTO, ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Anais**, [S.l.: s.n.], 2010.

BIRMAN, Joel. **O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio** – documento base. Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 10 ago.2021.

BRASIL. **Programa do Artesanato Brasileiro: manual do Usuário**. Brasília, dez. 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14QT1FXKL-la3GuKZ13n2PqxpRWg_chdi/view?usp=sharing. Acesso em: 16 out. 2023.

BRUSSI, Júlia Dias Escobar. **Da “renda roubada” à renda exportada: a produção e a comercialização da renda de bilros em dois contextos cearenses**. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Brasília. Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18559/1/2009_JuliaDiasEscobarBrussi.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ClAVATTA, Maria. formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005.

DANTAS, L. C.; GUIMARÃES, Luiz Eduardo Cid.; ALMEIDA, Juliana Donato de. **Produção artesanal, design participativo e economia solidária: a experiência do grupo mulheres da terra, Pilões-Pb.** In: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão. Salvador: Enegep, 2009.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGERS, Maria Emília Amaral. **Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etnográfica.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

ETCHEVERRY, Delia. **Encajes: história e identificación.** Argentina: Fundación Museo Del Traje, 2013.

FECHINE, Ingrid. Escritura da renda renascença: memória de rendeiras, brasão do saberfazer. In: FECHINE, Ingrid; ASSIS, Cassia Lobão; NASCIMENTO, Robéria (orgs.). **Tecendo os fios de saberes convergentes: escrita, educação e memória.** Campina Grande: EDUEPB, 2013.

FELIPPI, Vera. Decifrando rendas: processos, técnicas e história. 1ª Ed. Porto Alegre: Ed. da Autora, 2021.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições,** São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 750-757.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.** Excertos, 2005.

GANZELI, Pedro. O político, o pedagógico e a pesquisa. In: GANZELI, Pedro. (org.). **Reinventando a escola pública por nós mesmos,** Campinas: Alínea, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal: participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas e Educação,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, jan./mar. 2006.

A educação não formal pelo artesanato da renda de bilros: contribuição social na perspectiva de formação omnilateral

- CONDIM, Maria Stela da Costa. **A inter-relação entre saberes científicos e saberes populares na escola:** uma proposta interdisciplinar baseada em saberes das artesãs do Triângulo Mineiro. 2007. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- KELLER, Paulo. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Política & Trabalho:** Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 41, p. 323-347, 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê.** São Paulo, Cortez, 2005.
- LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em debate: Paulo Keller entrevista Ricardo Gomes Lima. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 187-210, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/593>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato:** cinco pontos para discussão. Palestra Artesanato Solidário, Central, 2005.
- MALDANER, Jair José. Considerações sobre a educação em Gramsci. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, v. 38, p. 61-69, jan./jun. 2011.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Alínea, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino.** Campinas: Navegando Publicações, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- NARCISO, Vaneza Pereira; NARCISO, Viviane Pereira; SALES, Marcos Paulo. Renda de bilro: identidade de resistência do artesanato numa comunidade tradicional da Bahia. In: SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA: CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA, 4., 2022, **Anais.** São Borja: Universidade Federal do Pampa, 2022.
- NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Autores Associados, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- OLIVEIRA, Anna Luisa Santos de. **Mãos que cosem a memória: as Rendeiras de Saubara BA e o protagonismo de mulheres negras no patrimônio.** 2019. Mestrado (Programa de Pós Graduação em Museologia) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil.
- RAMOS, Maria Nazaré. Concepções e princípios do ensino médio integrado. In: BRASIL. **Ensino médio integrado:** uma perspectiva abrangente na política pública educacional. Brasília: mimeo, 2008.

REIS, Laura de Souza Alves dos. *et al.* **Artesão seja empreendedor e conheça os seus direitos**. Rio de Janeiro: editora dos autores, 2023.

ROCHA, Francisca Alves de Souza Gabriel Kafure da; SANTOS, Debora Maria dos. A educação não formal e sua contribuição para a comunicação e formação social do sujeito. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano VI, v. 17, n. 49, 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**.v.12, n.34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 ago.2021.

SEBRAE. **Programa SEBRAE de artesanato**. Termo de Referência. Brasília: SEBRAE, 2010.

SIQUEIRA, Adriana Oliveira dos Santos; FERREIRA, Luis Claudio Machado; SILVA, José Moisés Nunes da. O trabalho como princípio educativo: um estudo na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Exitus**, Santarém, v. 13, e023070, p. 1–25, 2023.

SILVA, Renata. **Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico**. São José: USJ, 2008.

SILVA, Vera Lúcia Filippi da; PERRY, Gabriela Trindade. Renda de bilros: estudo de pontos tecidos nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. **Moda Palavra e-periódico**, vol. 11, n. 21, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5140/514055845008/html/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUSA, Jéssica Rani Ferreira. *et al.* Novos modos de fazer artesanato e desafios à manutenção econômica no Alto do Moura do Século XXI. **READ: Revista de Administração da EA/UFRGS**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 557-585, set./dez. 2020.

SOUZA, Denise Clementino de. *et al.* O desengajamento do trabalho artesão e os rumos da nova geração na comunidade do Alto do Moura-PE. **Cadernos Ebape**. BR, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 623-634, jul./set. 2020.

VARGAS, Daiane Loreto de; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Saberes do processo artesanal em lã: O contexto da comunidade rural da Vila Progresso em Caçapava do Sul-RS. In: DAVID, César de; VARGAS, Daiane Loreto. (org.). **Saberes tradicionais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018.
WENDHAUSEN, Maria Armênia Muller. **Renda de bilros – um legado açoriano transcendendo séculos em Florianópolis**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

Sobre os Autores

Gracilene Luz Santana

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Professora da Educação Básica do estado do Maranhão. Atualmente, professora formadora de cursos a distância pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: gracyluxs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1642-5404>

Ana Angélica Mathias Macêdo

Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora titular do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus Imperatriz. Atualmente, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo IFMA.

E-mail: anaangelica@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4750-2721>

Fernando José Figueiredo Agostinho D'Abreu Mendes

Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor da Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Coimbra. Atualmente, professor coordenador na Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Biomédicas Laboratoriais da Universidade Politécnica de Coimbra.

E-mail: fjmendes@estesc.ipc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5205-8939>

Recebido em: 18/10/2024

Aceito para publicação em: 05/07/2025